



FEDERAÇÃO ACADÉMICA DE LISBOA



LIVRO NEGRO DO ENSINO SUPERIOR - POR UM ENSINO SUPERIOR DE FUTURO



LIVRO NEGRO.

Por um Ensino Superior de Futuro













FICHA TÉCNICA

Título: Livro Negro - Por um Ensino Superior de Futuro

Autor: Federação Académica de Lisboa

ISBN: 978-989-20-8400-8

Abril de 2018

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer processo electrónico, mecânico ou fotográfico incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação, sem autorização prévia do editor.

Exceptuam-se as transcrições de curtas mensagens para efeitos de apresentação, crítica ou discussão das ideias e opiniões contidas no livro. Esta excepção não pode, no entanto, ser interpretada como permitindo a transcrição de textos em recolhas antológicas ou similares, da qual possa resultar prejuízo para o interesse pela obra. Os infractores são passíveis de procedimento judicial, nos termos da lei.



PREÂMBULO

A Federação Académica de Lisboa: Rigor, compromisso e inovação. Protagonista indisputável da maior Academia do país. A mistura de um tempo novo, com valores do passado, que pareciam perdidos no que ao nível do associativismo diz respeito. Uma força agregadora, capaz de transmitir seriedade, apoio incondicional, vontade de mudança e progresso para a Academia. São estes os valores que movem a nossa ação e sustentam a nossa razão política. Foi assim quando editámos a “Moção Global: Ensino Superior em Prospetiva” ou quando agimos quotidianamente na elaboração de documentos políticos de suporte. É assim, volvidos três anos, que prossegue a nossa atividade.

Sabemos que a verdadeira fonte e riqueza do Conhecimento nasce da aplicabilidade e validação do quadro teórico. E, se a razão política que os estudantes carregam sustentam a necessidade um novo quadro de políticas públicas de Ensino Superior, igualmente precisamos de o testar, validar e criar matéria empírica. Foi este o desafio que nos propusemos ao criar o Centro de Estudos da FAL. É este o desafio que abraçamos ao publicar a presente investigação de forma a poder contribuir com posições mais sólidas, mais estruturadas e efetivas que permitam a evolução da Ciência e do Ensino Superior em Portugal. Foi desta forma que assumimos o desafio de investigar o fenómeno do Financiamento do Ensino Superior em comparação com a realidade europeia. Ou a responsabilidade em provar empiricamente a realidade nefasta que a Academia de Lisboa atravessa no que ao Alojamento Estudantil diz respeito, sem esquecer – questionando aqueles que representamos – a ínfima aposta que ainda hoje existe na realidade das Necessidades Educativas Especiais ou no acesso à prática desportiva.

Deverá servir o Livro Negro para um diagnóstico e um alerta sobre o caminho que todos nós, enquanto membros numa sociedade, preferencialmente, virada para o Conhecimento estamos a seguir. Indubitavelmente concluímos que é preciso fazer mais e melhor no alargamento da base social e democratização do Ensino Superior. O diagnóstico está feito. É tempo, portanto, de o escrutinar e preparar a elaboração de propostas políticas que venham dar resposta aos problemas da nossa Academia. Só assim é que faz sentido afirmar que a “Academia está a Mudar!”



Presidente da Federação Académica de Lisboa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

11

CAPÍTULO I: FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA EUROPA

Financiamento Público em Percentagem (%) do
PIB _ 18

O Apoio Social e o Pagamento de Propinas _ 20

Principais Comparações Europeias _ 22

15

CAPÍTULO II: ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS – A ACADEMIA DE LISBOA

A Ação Social Direta e Indireta – As Suas Diferentes
Dimensões _ 30

Estudantes com Necessidades Educativas
Especiais _ 39

As Condições dos Estudantes Deslocados _ 42

Oferta Formativa e Processos Pedagógicos _ 46

Condições Logísticas, Transporte e Materiais _ 49

25

CONCLUSÃO

53



INTRODUÇÃO

A Federação Académica de Lisboa tem vindo a registar uma série de constrangimentos, em diversos domínios, no que toca a questões de **igualdade e equidade no sistema de Ensino Superior**, através do seu papel de auscultação nas diferentes Instituições de Ensino Superior da Academia de Lisboa.

O presente documento, apesar de estar focado nos problemas dos estudantes da Academia de Lisboa, comporta no seu **primeiro capítulo uma visão generalista do Ensino Superior**, nomeadamente sobre o **Financiamento do Ensino Superior**, que apresenta um problema a nível nacional. Neste capítulo é feita a **comparação entre os estados-membro da União Europeia**, quer pelo financiamento direto entre os Estados e as Instituições, mas também o pagamento de propinas e a Ação Social direta. Ainda neste capítulo, são comparados os valores de investimento em percentagem do PIB de todos os países da União Europeia em 2008 e 2015¹.

No **segundo capítulo**, destaca-se a **realidade de Portugal tendo em conta uma comparação com os outros países da Europa** e, posteriormente, constrói-se uma análise sobre a **situação em que os estudantes de Lisboa se encontram atualmente**, questionando o financiamento do Ensino Superior português, mas também os **mecanismos de Ação Social**, quer direta como indireta, sofrendo esta última de uma análise mais escrutinada no que toca a temas como a **saúde**, o **desporto** e o **ambiente**. Não obstante, para a Federação Académica de Lisboa, a realidade do Ensino Superior terá necessariamente de ir muito além das questões financeiras ou económicas, valorizando também as temáticas logísticas. Assim, neste capítulo, é conferida a devida atenção aos **estudantes com Necessidades Educativas Especiais**, bem como às **condições de alojamento dos estudantes deslocados**. Por fim,

¹ Este período marca o início da recente crise económica e ainda o último ano que dispomos de dados oficiais para todos os países em comparação.

mas não menos relevante, são ainda examinadas e retiradas as devidas conclusões acerca da oferta formativa, processos pedagógicos, condições logísticas, de transporte e materiais da Academia de Lisboa. Para obter dados que possam demonstrar a realidade vivida pelos estudantes das Instituições de Ensino Superior situadas em Lisboa foram utilizados três questionários, de forma valorizar e credibilizar o presente estudo.

METODOLOGIA

Metodologia a):

No primeiro questionário, que se encontra no Relatório Final “As Necessidades Educativas Especiais no Sistema de Ensino Superior Português”, face à distribuição regional diversificada inerente à rede de Ensino Superior atual, optou-se pela construção de inquéritos em suporte digital, que foram distribuídos por via de correio eletrónico através dos Serviços de Ação Social que os endereçou diretamente a estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Através deste obtiveram-se 74 respostas. Posteriormente, tendo como base estes dados as Federações Académicas e de Estudantes tiveram um papel preponderante na avaliação das condições de acolhimento, integração, frequência, sensibilização e consciencialização do Ensino Superior quando aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

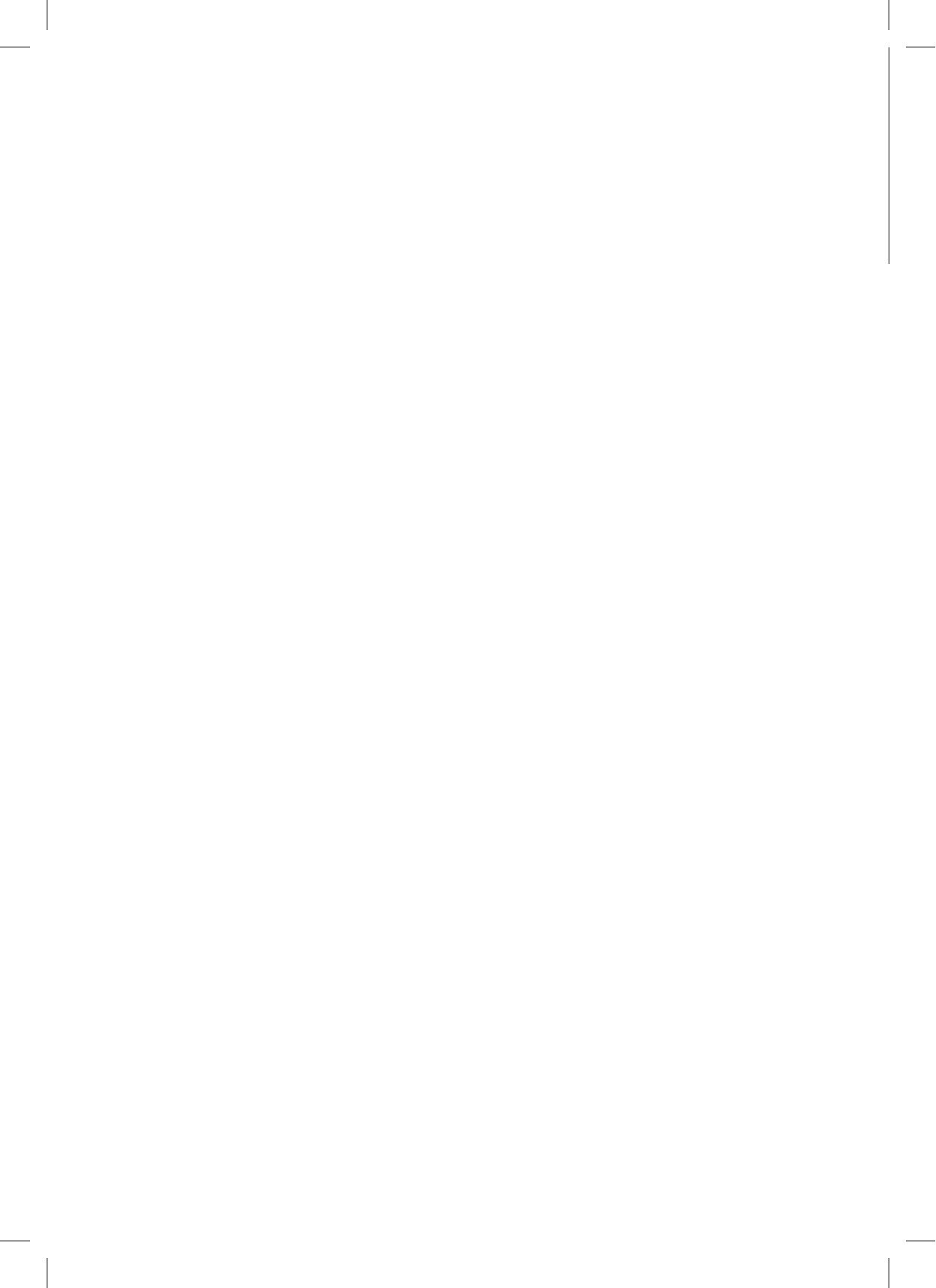
Metodologia b):

No segundo questionário, utilizou-se um inquérito online único designado “Alojamentos de Estudantes Deslocados – Residências e Arrendamentos”, disponibilizado pela Federação Académica de Lisboa. Obtiveram-se 629 respostas, utilizando-se, para a análise dos dados, uma amostra estratificada uniforme, ou seja, empregou-se o mesmo tamanho de amostra para as duas camadas, sendo que as residências comportam uma amostra de 200 inquiridos e os alojamentos outros 200, auferindo uma totalidade de 400 analisados.

Metodologia c):

Por último, no terceiro questionário, a Federação Académica de Lisboa sondou as quinze Associações Académicas e dos Estudantes federadas até à data da realização do inquérito, através de uma amostra por conveniência cuja população acessível, com o intuito de obter mais informações sobre as condições infra-estruturais das diversas unidades orgânicas afetas às respectivas Instituições de Ensino Superior em Lisboa.

Em síntese, a FAL desenvolveu um projeto de investigação que resulta na publicação deste livro, que pretende espelhar a realidade relatada pelos estudantes e consciencializar os diferentes atores e decisores para esta realidade, muitas vezes oculta.



CAPÍTULO I

FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA EUROPA

18_ FINANCIAMENTO PÚBLICO EM PERCENTAGEM (%) DO PIB

20_ O APOIO SOCIAL E O PAGAMENTO DE PROPINAS

22_ PRINCIPAIS COMPARAÇÕES EUROPEIAS

○ Ensino Superior é indiscutivelmente um estímulo para desenvolvimento de uma sociedade próspera. A Ciência e a Tecnologia são cada vez mais preponderantes no nosso quotidiano sendo necessário um investimento público crescente nestas áreas. Segundo a Comissão Europeia², estima-se que em 2025 cerca de metade dos empregos irão requerer conhecimentos tecnológicos.

Este é o grande desafio que os diferentes países, e mais concretamente para os países desenvolvidos, se deparam hoje em dia. Para atingir tais metas e corresponder aos desafios que hoje são colocados, os diferentes países têm de evidenciar uma aposta, clara e forte, no Ensino Superior e no conhecimento.

○ mercado de trabalho está em constante mudança, sendo cada vez mais exigente com os mais jovens que querem ingressar, sendo imperativo que estes tenham uma formação qualificada. A preparação dos jovens passa, cada vez mais, pelas Instituições de Ensino Superior que, por sua vez, têm de adaptar-se e criar condições para que os seus estudantes possam preparar-se devidamente para as dificuldades do mercado de trabalho. Este esforço acrescido que é exigido às instituições assume, recorrentemente, a forma de consórcios e parcerias com as empresas, assegurando-se assim a transmissão de conhecimento que é desejada e que está presente nos objetivos a desempenhar na estratégia Europa 2020 e no programa Horizonte 2020.

Vários são os documentos e eventos, formais e semiformais, que defendem a importância do investimento e financiamento do Ensino Superior, sustentando que o conhecimento é uma variável necessária para se atingir uma sociedade desenvolvida e no caminho do desejado progresso. No seguimento deste debate, a União Europeia realizou, em 2017, um fórum de discussão sobre o financiamento no Ensino Superior. As entidades da Comissão Europeia presentes neste fórum comprometeram-se a seguir um conjunto de vinte (20) ações, que visam o alicerce e a promoção de práticas mais avançadas no Ensino Superior, para corresponder aos desafios acima elencados.

A atual afluência dos estudantes a frequentar o Ensino Superior permitiu o acesso de estudantes de diversas áreas científicas ou vocacionais, com diferentes contextos pessoais quer eles sejam económicos, sociais ou

² Uma agenda europeia renovada para o Ensino Superior – Bruxelas (30/05/2017)

pedagógicos, de poderem vir a ingressar no Ensino Superior.

Esta democratização do ensino requer uma maior preparação das instituições, devendo apresentar uma maior oferta formativa e adaptação pedagógica para que desta forma possam acolher os estudantes que provêm de diferentes áreas do saber. No entanto, esta preparação não se tem verificado e constitui, assim, uma dimensão do problema da complexidade do financiamento do Ensino Superior. Complementarmente, dever-se-ia verificar um aumento do financiamento e das condições, nos mais diversos domínios das Instituições de Ensino Superior, porém esta não é a realidade portuguesa, havendo um decréscimo no investimento na educação em geral e também no Ensino Superior, mais concreta e acentuadamente, em percentagem do PIB, como iremos verificar ao longo deste capítulo.

Conseguimos constatar que apesar de se verificar uma massificação do acesso ao Ensino Superior isso não se tem traduzido num acompanhamento das suas necessidades financeiras, tendo-se, muitas vezes, atribuído maior responsabilidade à crise financeira que assolou vários países de todo o mundo, do que dado enfoque a opções de índole ideológica que justifiquem o decréscimo de investimento do Ensino Superior ao longo dos últimos anos.

Ao longo do presente capítulo, a análise centra-se no financiamento do Ensino Superior, fazendo com que nela se compreenda as suas tendências atuais, percebendo qual a percentagem do PIB que cada um dos países da União Europeia investe no Ensino Superior, que contribuição é feita a cargo dos estudantes – através do pagamento das propinas – e ainda, de que forma é os estudantes são apoiados por parte do Estado, de forma a prosseguir os seus estudos e a promover a aprendizagem até ao mais alto nível de escolaridade: o Ensino Superior.

Numa perspetiva de clarificação, iremos concretizar esta análise, de âmbito europeu, em três (3) momentos diferentes, sendo que no primeiro será apresentado o financiamento público do Ensino Superior em percentagem do PIB, no segundo momento olhar-se-á para a realidade do apoio social e o pagamento de propinas – onde será confrontado os diferentes níveis de apoios com a prática de pagamento, ou não, de propinas – e ainda destacar as principais comparações europeias.

FINANCIAMENTO PÚBLICO EM PERCENTAGEM (%) DO PIB

Para fazer uma análise comparativa entre os diferentes países da União Europeia, relativamente ao investimento e financiamento do Ensino Superior, foi considerado a percentagem do PIB que cada país destina à Educação e ao Ensino Superior. Assim, será possível analisar o esforço que cada um dos diferentes países faz para financiar, com dinheiro público, o sistema de ensino.

Os anos de referência serão 2008, uma vez que figura como o ano em que a crise financeira começou a ter impacto na população e 2015, pois é o último ano para o qual existem dados oficiais para todos os países em análise e, assim, contar com as mesmas medidas, no mesmo espaço temporal.

No que concerne somente ao investimento em educação no ano de 2015 podemos verificar, tendo em conta a percentagem do PIB, que os 5 países que mais investem são a Dinamarca (7,0%), a Suécia (6,5%), a Bélgica (6,4%), a Finlândia (6,2%) e a Estónia (6,1%) e que os que menos investem são a Espanha (4,1%), a Bulgária a par da Itália (ambos com 4,0%), a Irlanda (3,7%) e a Roménia (3,1%). Igualmente no ano de 2015, no que ao Ensino Superior diz respeito, os que mais investem são a Finlândia (1,9%), a Dinamarca (1,7%), a Polónia (1,5%), a Holanda (1,4%) e a Estónia e o Chipre (ambos com 1,3%) e os que menos investem, são a Irlanda a par da Eslováquia (0,7%), Espanha a par da França (0,6%), a Itália (0,4%) e por último o Reino Unido (0,3%).

	Investimento em Educação (% do PIB)		Diferença		Investimento no Ensino Superior (% do PIB)		Diferença	
	2008	2015	N	%	2008	2015	N	%
Alemanha	3,9	4,2	0,3	8%	0,8	0,8	0,0	0%
Austria	4,8	4,9	0,1	2%	0,8	0,8	0,0	0%
Bélgica	5,7	6,4	0,7	12%	0,7	0,9	0,2	29%
Bulgária	4,0	4,0	0,0	0%	0,8	0,8	0,0	0%
Chipre	6,1	5,7	-0,4	-7%	1,1	1,3	0,2	18%
Croácia	4,7	4,7	0,0	0%	1,1	1,2	0,1	9%
Dinamarca	6,1	7,0	0,9	15%	1,2	1,7	0,5	42%
Eslováquia	3,5	4,2	0,7	20%	0,6	0,7	0,1	17%
Eslovénia	6,1	5,6	-0,5	-8%	1,1	1,0	-0,1	-9%
Espanha	4,2	4,1	-0,1	-2%	0,6	0,6	0,0	0%
Estónia	6,7	6,1	-0,6	-9%	1,7	1,3	-0,4	-24%
Finlândia	5,8	6,2	0,4	7%	1,7	1,9	0,2	12%
França	5,4	5,5	0,1	2%	0,6	0,6	0,0	0%
Grécia	3,8	4,3	0,5	13%	0,9	0,9	0,0	0%
Holanda	5,3	5,4	0,1	2%	1,2	1,4	0,2	17%
Hungria	5,3	5,2	-0,1	-2%	0,9	0,9	0,0	0%
Irlanda	5,0	3,7	-1,3	-26%	1,1	0,7	-0,4	-36%
Itália	4,4	4,0	-0,4	-9%	0,4	0,4	0,0	0%
Letónia	6,3	6,0	-0,3	-5%	1,0	1,0	0,0	0%
Lituânia	6,1	5,4	-0,7	-11%	1,1	1,2	0,1	9%
Luxemburgo	4,9	5,2	0,3	6%	0,2	0,8	0,6	300%
Malta	5,2	5,5	0,3	6%	0,7	1,0	0,3	43%
Polónia	5,6	5,2	-0,4	-7%	1,6	1,5	-0,1	-6%
Portugal	6,7	6,0	-0,7	-10%	1,0	1,0	0,0	0%
Reino Unido	6,0	5,1	-0,9	-15%	0,7	0,3	-0,4	-57%
República Checa	4,7	4,9	0,2	4%	0,8	0,8	0,0	0%
Roménia	4,4	3,1	-1,3	-30%	1,3	0,8	-0,5	-38%
Suécia	6,4	6,5	0,1	2%	1,2	1,1	-0,1	-8%
UE28	5,0	4,9	-0,1	-2%	0,8	0,7	-0,1	-13%

Tabela 1: Percentagem do PIB de Investimento Público em Educação e Ensino Superior nos anos de 2008 e 2015

Fonte: Eurostat, 2018

Notas complementares: Para uma análise mais objetiva, foi acrescentado aos valores respeitantes a cada uma das duas rubricas analisadas, nos diferentes anos, a diferença, quer absoluta como relativa.

Numa primeira instância, pode-se elencar os três países que se encontram entre os que mais investem nas duas vertentes de ensino, na Educação no Ensino Superior: a Dinamarca, a Estónia e a Finlândia, e também, os três países que se figuram como os que menos investem nestas mesmas duas áreas, que são a Espanha, a Irlanda e a Itália.

Pode também ser destacado que, relativamente à média da União Europeia, quer para a Educação como no Ensino Superior, a percentagem do PIB investida nos diferentes anos baixou -2% e -13%, respetivamente entre 2008 e 2015. Como consequência, em média, os 28 países da União Europeia constatarem um desinvestimento num dos pilares fundamentais das sociedades modernas, essencialmente naquilo que é o Estado Social e a respetiva prestação pública do serviço de Educação. Já Portugal, em ambas as áreas de intervenção governativa, nos dois anos em análise comparada, registou maior investimento em percentagem do PIB, o que representa um esforço orçamental superior em educação e ensino superior.

O APOIO SOCIAL E O PAGAMENTO DE PROPINAS

A análise do investimento público na educação é importante, mas é igualmente relevante analisar que tipo de investimento é efetuado, ou seja, é preciso analisar também o investimento na ótica do apoio concedido aos estudantes. Como vimos, os países da União Europeia dedicam níveis de investimento em Ensino Superior diferenciados entre si. No entanto, importa perceber de que forma é complementado esse investimento – nomeadamente através do pagamento de propinas ou aquisição de receitas próprias – e em que medida é que esse investimento poderá também reverter, em apoios diretos ou indiretos, aos estudantes ou suas as famílias. Todos os países têm pelo menos um de dois tipos de apoio diretos, quer seja através do sistema de empréstimos, quer seja através de bolsa não reembolsável. Os apoios por bolsa, podem assumir por base o mérito, as necessidades ou, ainda, como é o caso de alguns países, a existência dos dois tipos de bolsa em simultâneo.

PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA E EFTA, 2017

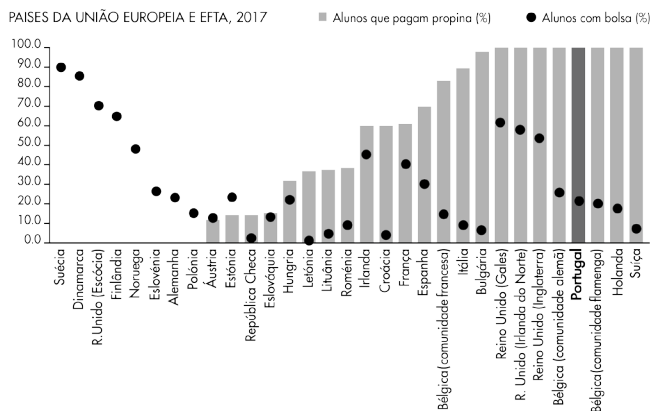


Figura 1: Percentagem (%) de alunos que pagam propinas e que recebem bolsa de estudos no primeiro ciclo do Ensino Superior

Fonte: Eurydice, 2017

Notas complementares: A Figura 1³ não abrange todos os países da União Europeia e em alguns casos – como são exemplo o Reino Unido e a Bélgica – existe uma segregação de espaços de análise⁴.

A primeira e principal conclusão que podemos retirar da Figura 1 é que **nem todos os estudantes da União Europeia pagam propinas**⁵. Há, no entanto, uma outra ilação que se pode retirar, nomeadamente, o facto de ser nos países em que o apoio de ação social através da atribuição de bolsas – apoio direto – tem um peso menor de cobertura que existe maior percentagem de estudantes a pagar propinas, assim como é nos países onde os estudantes não pagam propinas que se verifica, simultaneamente, uma elevada percentagem de estudantes que é apoiado através de bolsa. Pode-se verificar, através da análise à Figura 1, que nos países nórdicos como a Suécia, Dinamarca, Noruega e Finlândia, que apresentam Índices de Desenvolvimento Humano e condições de vida superiores, é maior a percentagem de estudantes que auferem apoio em relação à percentagem de estudantes que paga propinas pois esta é nula nestes países. Já os países que sofreram mais severamente com a crise como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha, denominados como PIIG'S durante a crise, apresentam percentagens superiores de estudantes que pagam propinas em relação aos que são beneficiários de apoios sociais.

Países da EU (acrescentando Noruega, Suíça e Islândia)	Salário mínimo nacional, euros (média mensal) ⁶
Áustria	-
Chipre	-
Dinamarca	-
Finlândia	-
Itália	-
Suécia	-
Islândia	-
Noruega	-
Suíça	-
Bulgária	235,2
Roménia	296,96
Letónia	380
Lituânia	380
Hungria	412,09
República Checa	413,5
Eslováquia	435

Países da EU (acrescentando Noruega, Suíça e Islândia)	Salário mínimo nacional, euros (média mensal) ⁶
Crócia	437,72
Polónia	463,38
Estónia	470
Portugal	649,83
Grécia	683,76
Malta	735,63
Eslovénia	804,96
Espanha	825,65
Reino Unido	1403,49
França	1480,27
Alemanha	1498
Bélgica	1547,26
Holanda	1558,5
Irlanda	1563,25
Luxemburgo	1998,59

Tabela 2: Salário Mínimo Nacional nos países da UE28 (acrescentando Noruega, Suíça e Islândia) referente a 2017

Fonte: Eurostat.

³ <https://www.dn.pt/opiniaop/opiniaop-dn/maria-de-lurdes-rodrigues/interior/ofinanciamento-do-ensino-superior-8917709.html>

⁴ Na Figura 1 estão patenteados alguns países que não fazem parte da União Europeia, no entanto, apresentam uma realidade categórica para o estudo em análise.

⁵ No total são oito os países da Europa que não pagam propinas: Suécia, Dinamarca, Escócia (Reino Unido), Finlândia, Noruega, Eslovénia, Alemanha e Polónia – maioritariamente, correspondem aos do Norte da Europa.

Quando cruzadas as informações constantes na Tabela 2 e na Figura 1, pode-se perceber que os países nórdicos são simultaneamente os países onde não está estipulado, por lei, a fixação de salário mínimo mais alto, mas ao mesmo tempo, são os países onde os estudantes são mais apoiados e não pagam propinas. Acresce a esta observação, o facto de os países desta região que integram a Europa a 28 – Finlândia, Suécia e Dinamarca – serem também três dos cinco países que mais investem em educação, quando medido em percentagem do PIB.

Por outro lado, a Holanda é o país da União Europeia que maior diferença entre estudantes que pagam propinas e em que os mesmos menos são apoiados apresenta, porém, figura na Tabela 2 nos três países com Salário Mínimo Nacional mais elevados, sendo esta uma realidade muito diferente da Bulgária, onde o diferencial entre estudantes apoiados e os estudantes que pagam propinas é idêntico ao verificado na Holanda, no entanto o salário mínimo apresenta um valor muito mais baixo do holandês, o que potencia ser o maior esforço no orçamento familiar.

PRINCIPAIS COMPARAÇÕES EUROPEIAS

No espetro europeu, são os países nórdicos que apresentam melhores condições de financiamento do Ensino Superior e que apresentam, simultaneamente, melhores condições de frequência das Instituições de Ensino Superior. Quando cruzamos os dados que foram apresentados até agora, podemos verificar que, e tendo em conta a Figura 1, os três países que mantiveram as maiores percentagens do PIB investidas no Ensino Superior – Finlândia, Dinamarca e Estónia – apresentam taxas de cobertura de estudantes com apoio através de bolsa e onde apenas na Estónia os estudantes pagam propinas, sendo ainda assim, em termos percentuais, existem menos estudantes a pagar propinas do que a receber bolsas. O inverso se verifica nos países identificados com menores percentagens de investimento em Ensino Superior e Educação, em relação ao PIB – Itália, Irlanda e Espanha – ambos apresentam maiores taxas de estudantes que pagam propinas comparativamente aqueles que recebem bolsas.

Considerando todos os países, podemos verificar que existem grandes

° O valor considerado é equivalente à remuneração anual dividida pelos 12 meses do ano.
Exemplo de Portugal: (Salário mínimo x 14) / 12 = Salário mínimo nacional (média mensal)

disparidades referentes aos esforços de investimento em Educação, mas essa disparidade é ainda mais acentuada quando se olha para a percentagem do PIB investido no Ensino Superior. O país que mais investe na Educação é a Dinamarca com 7% do seu PIB, já o país que menos investe é a Roménia com cerca de 3,1%, ou seja, a diferença de valores que existe entre um país e o outro é superior ao dobro. No entanto, tendo por base a comparação relativa ao Ensino Superior, a Finlândia que investe 1,9% do seu PIB em Ensino Superior, faz um esforço seis vezes maior do que o país que apresenta um menor investimento que é Reino Unido com cerca de 0,3%.

Extrapolando os dados relativos ao pagamento de propinas e os apoios atribuídos aos estudantes, verifica-se que a Finlândia se encontra entre os países onde os estudantes não pagam propinas e recebem, maioritariamente, apoios através de ação social. Já dos quatro países que compõe o Reino Unido, apenas a Escócia possui um sistema idêntico ao da Finlândia, enquanto que nos restantes três – Gales, Inglaterra e Irlanda – todos os estudantes pagam propinas, sendo que os apoios abrangem cerca de 60% dos estudantes, onde os mesmos são adquiridos com base na possibilidade de empréstimos em que mais tarde os estudantes, quando encontram emprego, começam a reembolsar o montante que anteriormente lhes foi emprestado.

Nesse sentido, com o intuito de colmatar as falhas provocadas pela complexidade de financiamento do Ensino Superior já referidas anteriormente,, as tendências de mudança que são necessárias levar a cabo apontam para que o apoio seja efetuado com base nos resultados atingidos pelas instituições como componente no cálculo do financiamento a atingir. No entanto, se por um lado este sistema promove a excelência, por outro tende a aumentar o fosso de desigualdade de desenvolvimento entre diferentes Instituições de Ensino Superior, em que as que obtêm resultados mais desfavoráveis estão relacionadas com as questões socioeconómicas, mas também a problemas que se prendem com a atratividade territorial.

Em suma, nota-se que há margem de melhoria dos diferentes sistemas de financiamento do Ensino Superior, onde uma maior homogeneização deverá ser procurada, no sentido de seguir os exemplos dos países líderes em matéria de financiamento educativo, como os países nórdicos. São os que

apresentam as mais elevadas taxas de esforço de investimento em Educação e Ensino Superior, em percentagem do PIB, e onde se verifica também que os estudantes não pagam propinas e auferem de benefícios sociais como os apoio e incentivo à persecução dos estudos.

CAPÍTULO II

ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS - A ACADEMIA DE LISBOA

30_ A AÇÃO SOCIAL DIRETA E INDIRETA - AS SUAS
DIFERENTES DIMENSÕES

39_ ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS

42_ AS CONDIÇÕES DOS ESTUDANTES DESLOCADOS

46_ OFERTA FORMATIVA E PROCESSOS PEDAGÓGICOS

49_ CONDIÇÕES LOGÍSTICAS, TRANSPORTE E MATERIAIS

Em Portugal, o investimento no Ensino Superior correspondeu a 1,0% do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos em análise na Tabela 1 - 2008 e 2015. Este valor representa um estímulo superior ao verificado pela média europeia, nomeadamente 0,8% e 0,7% do PIB respetivamente⁷, não espelhando, contudo, a tendência observada em diversos estados da União Europeia. A Finlândia, país cujo investimento no Ensino Superior é mais elevado, conseguiu aumentar este indicador de 1,7% para 1,9%. Do mesmo modo, os outros três países do continente europeu que registam um maior investimento do PIB no Ensino Superior em 2015, nomeadamente a Dinamarca (42%) a Holanda (17%) e o Chipre (18%), conheceram um crescimento neste indicador de 1,2% para 1,7%, de 1,2% para 1,4% e de 1,1% para 1,3%, respetivamente.

Destaque-se que em 2008 Portugal encontrava-se muito próximo de atingir um investimento semelhante ao dos três últimos países mencionados, condição que em 2015 revela um distanciamento bastante mais acentuado. Contrariamente ao que poderia ser expectável, apesar de, em 2008, Portugal ter sido um dos países da Europa que mais investiu em Educação (6,7%), no que ao Ensino Superior diz respeito, esse fomento limitou-se a 1% do PIB.

À semelhança do que se tem observado em toda a Europa, as Instituições de Ensino Superior portuguesas têm sofrido, ao longo dos últimos anos, as repercussões de um complexo modelo de financiamento do Ensino Superior e uma severa pressão para serem mais eficientes na gestão dos recursos públicos que lhe são atribuídos, que, por sua vez, são cada vez menos. Consequentemente, este contexto conduziu à heterogeneização das Instituições e ao incremento da sua autonomia. A atual realidade do modelo de financiamento de Ensino Superior incide sobre uma relação tripartida entre o Estado - por via do Orçamento de Estado -, as Instituições - por via das receitas geradas e dos capitais próprios - e os estudantes - por via do pagamento de taxas de frequência e propinas.

Importa referir que ao abrigo da legislação europeia, todos os cidadãos têm direito a beneficiar do sistema de ensino do país de acolhimento nas mesmas condições dos estudantes nacionais. No entanto, os estudantes cujo país de origem corresponde a um dos oito estados identificados na Figura 1 - que são, em simultâneo, os mais desenvolvidos da Europa - não estão

⁷ Uma justificação possível é o facto de Portugal ter um PIB per capita inferior à média dos 28 países da União Europeia, o que faz com que o peso do euro em Portugal seja percentualmente superior ao da média europeia.

isentos do pagamento acrescido de propinas no caso de estudarem em países que as utilizam como meio de financiamento. A Federação Académica de Lisboa considera que, a longo prazo, este poderá vir a ser um problema para Portugal, uma vez que os estudantes que o país consegue cativar, por via do Programa de Erasmus ou de outros programas de intercâmbio, são significativamente inferiores aos que poderiam frequentar o Ensino Superior Português se se verificasse a isenção desta propina.

Adicionalmente, a geração europeia mais qualificada que se aventuraria a criar e diversificar novas práticas de conhecimento e desenvolvimento de investigação em Portugal, preferirá destinos cujos custos que advém da formação lhes ofereçam mais benefícios. Neste sentido, será essencial que Portugal desenvolva um debate mais profundo sobre estas questões e invista em apoios promovidos nos domínios linguísticos e culturais.

No âmbito da internacionalização do Ensino Superior em Portugal, o Decreto-Lei nº 36/2014 veio regulamentar o Estatuto de Estudante Internacional, com vista ao reforço da captação de estudantes estrangeiros. Este aumento potencia a utilização da capacidade instalada nas instituições e novas fontes de receitas próprias, que poderão ser aplicadas no reforço da qualidade e na diversificação do ensino ministrado. O mesmo diploma veio regular o concurso especial de acesso para esta comunidade estudantil, cujo ingresso no Ensino Superior nacional será feito exclusivamente através deste mecanismo. A definição do respetivo número de vagas está a cargo das instituições (e só posteriormente é avaliado pela Direção Geral do Ensino Superior), à semelhança da fixação de diferentes valores da propina, sem que sejam inferiores à propina máxima definida por lei para o respetivo ciclo de estudos, tendo em consideração o custo real da formação ministrada. Este diploma prevê que os estudantes de ciclos iniciais de Licenciatura e Mestrado Integrado ingressados ao abrigo do disposto nas alíneas a), b) e c) do número 2 do Art.º 3º beneficiem das mesmas condições dos estudantes nacionais.

Segundo os dados do PORDATA, entre 2000 (11.177 estudantes) e 2012 (28.656 estudantes), Portugal teve um incremento de dezassete mil quatrocentos e setenta e nove (17.479) estudantes internacionais a entrar no Ensino Superior por transferência. No ano letivo 2015/2016,

as Instituições de Ensino Superior que contavam com maior número de estudantes internacionais foram a Universidade do Porto, a Universidade de Coimbra, o Instituto Politécnico de Bragança, o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade de Aveiro. Por outro lado, as nacionalidades brasileira, angolana e cabo-verdiana são as mais representadas no nosso sistema de Ensino Superior. Neste sentido, a Federação Académica de Lisboa, dada a importância estratégica que as pós-graduações conferentes de grau possuem no Ensino Superior Português, defende que urge alargar este regime legal aos estudantes bolseiros dos estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que frequentem cursos de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento em Portugal. Esta alteração permite que os estudantes aprofundem uma certa área de conhecimento, visando a sua inclusão no programa de incentivos para os 2º e 3º ciclos. Tendo em conta a complexidade e burocracia a que estes estudantes estão sujeitos, a Federação defende, não só a criação deste regulamento, mas também a criação de um Estatuto de Estudante Internacional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa que contemple as vantagens em conformidade com os acordos já firmados. Entre outros, destaca-se a celeridade no processo de atribuição de visto e a obtenção de apoios indiretos. Adicionalmente, este Estatuto deve incluir a criação de mecanismos de apoio a estudantes dos PALOP que ingressem no Sistema de Ensino Superior Português ao abrigo do n.º 1 do Art.º 3 do Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março. Neste sentido, competirá ao Estado Português exercer pressão diplomática em prol do cumprimento destes acordos, revendo os mesmos com o intuito de contrariar o panorama atual.

No relatório “Review of Portuguese Science, Technology and Higher Education System(s) – Emerging findings and draft recommendations”, a OCDE identifica as Instituições de Ensino Superior em Portugal que se deparam com problemas estruturais mais preponderantes. Entre eles, salientam-se estratégias pouco claras para fomentar o desenvolvimento e fortes desequilíbrios regionais de atividades de inovação, em virtude da concentração de atividades intensivas em conhecimento nas áreas costeiras. Adicionalmente, também características estruturais que impedem a modernização de Portugal com vista ao estabelecimento de uma economia baseada no conhecimento e a falta de

incentivos efetivos nas Instituições de Ensino Superior e de investigação para cooperar com os setores privados – tanto ao nível institucional quanto ao nível dos investigadores são contempladas. Além disso, o relatório evidencia que a crise e a posterior austeridade financeira em Portugal afetaram severamente as dinâmicas públicas e privadas de investimento em investigação e desenvolvimento. Neste sentido, as recomendações passam por assegurar a clareza jurídica/política das diferentes missões das universidades e das instituições de cariz politécnico (cursos profissionais e investigação aplicada), fortalecer as iniciativas setoriais baseadas em regiões (“cluster” agrupadas) ou promover a sua atualização e competitividade nos mercados globais, de acordo com a Estratégia de Especialização Inteligente. As sugestões incluem ainda a manutenção do apoio à modernização das escolas politécnicas com vista ao fomento de “instituições de conhecimento intensivo, “baseadas na prática” e dedicadas ao desenvolvimento local, bem como a facilitação e promoção do emprego de pessoal altamente qualificado no setor privado, em particular no setor privado de investigação e desenvolvimento. Importa, de igual modo, assegurar que as organizações intermediárias têm garantido um nível suficiente de financiamento plurianual para manter e expandir as suas redes, infraestruturas e os serviços de apoio, e também acelerar o fortalecimento das transferências de conhecimento e das funções de incubação.

Relativamente ao esforço realizado por Portugal entre o ano de 2006 e 2016, destaca-se a diversificação do sistema de Ensino Superior através da introdução de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP) e o aumento em 16,6% da participação e do alcance da educação terciária (34,6% face a 18,3% em 2006). Não obstante, em ambas as áreas foram também identificados problemas, nomeadamente o tradicional e conservador regime de acesso ao Ensino Superior e as reduzidas taxas de transição dos cursos profissionais do Ensino Secundário. Com efeito, apenas 16% dos estudantes destes cursos transitaram para o Ensino Superior no ano letivo 2014/15, predominando no sistema os estudantes que advêm de percursos generalistas (80%). Por outro lado, também a existência de uma oferta limitada de cursos flexíveis – a part-time, online e mistos – e a reduzida percentagem de jovens adultos com habilitações equivalentes ao Ensino Superior se revelam

condições fraturantes. Apesar da significativa melhoria, Portugal permanece abaixo do limiar dos 35%, divergindo da meta de 40% fixada pela União Europeia para o ano de 2020. Consequentemente, Portugal terá de atingir, nos próximos dois anos, um crescimento igual ou superior a 5,4%. A OCDE sugere, enquanto possível resposta para atingir eficazmente este objetivo, proceder ao alargamento e fortalecimento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP), a par de uma reforma do regime de acesso ao Ensino Superior que assegure a relevância para os estudantes de cursos profissionais, bem como para as vagas do Ensino Secundário generalista, possibilitando, em simultâneo, a revisão do parcelamento de apoio financeiro para os estudantes, nomeadamente através das bolsas de estudo concedidas.

Neste sentido, considera a Federação Académica de Lisboa que esta reforma das regras de acesso ao Ensino Superior passará por adotar um modelo de seriação que compreenda a contabilização de competências, diminuindo o peso do *numerus clausus*.

A AÇÃO SOCIAL DIRETA E INDIRETA – AS SUAS DIFERENTES DIMENSÕES

A ação social é o mecanismo que permite ao Estado Português cumprir o disposto no nº 1 do Art.º 74 da Constituição da República Portuguesa, isto é, garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Em matéria de Ensino Superior, isso traduz-se em salvaguardar que todos os cidadãos, de acordo com as suas capacidades, tem a possibilidade de alcançar os graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística⁸. Pressupõe, similarmente, o estabelecimento progressivo da gratuidade de todos os graus de ensino e a inserção das universidades nas comunidades, como elo de ligação entre o ensino terciário e as atividades económicas, sociais e culturais. Esta responsabilidade do governo exige, adicionalmente, a promoção e o apoio ao ingresso dos cidadãos portadores de deficiência no ensino, a par do desenvolvimento do ensino especial. Verifica-se, a título de exemplo, a necessidade de proteger e valorizar a língua gestual portuguesa enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades. Neste sentido, para cumprir

⁸ Neste grupo estão também agregados os filhos dos imigrantes, e, nesse sentido, o Estado deve auxiliar com o apoio adequado para efetivação do direito ao ensino, criando condições para que estes também tenham acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística.

os pressupostos na Constituição da República Portuguesa e em auxílio ao Estado, foram criados os Serviços de Ação Social nas Instituições de Ensino Superior⁹, competindo-lhes a garantia das funções de implementação de políticas públicas da ação social escolar.

No caso português, a ação social reparte-se em duas formas de apoios: a ação social direta e a ação social indireta. A ação social direta no Ensino Superior concretiza-se através da atribuição de apoios pecuniários, por parte do Estado, a estudantes que no quadro da regulação vigente sejam considerados carenciados. Os critérios para atribuição de bolsas de estudo estão estipulados no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), materializando-se através do pagamento de uma bolsa de estudo aos estudantes que comprovem determinadas necessidades económicas. Por outro lado, a ação social indireta compreende um conjunto alargado de serviços, disponibilizados a todos os estudantes do Ensino Superior e geridos pelos serviços de Ação Social de cada instituição, possuindo um papel relevante no combate às desigualdades socioeconómicas nas condições de frequência e sucesso no Ensino Superior. Neste âmbito, a Ação Social nas Instituições de Ensino Superior tem a possibilidade de definir critérios quanto aos seguintes temas: alojamento em residências, refeições em cantinas e bares, atividades de práticas desportivas, serviços de saúde e assistência médica, descontos nas reprografias das instituições de Ensino Superior, entre outros.

A Federação Académica de Lisboa reconhece o obstáculo representado pela heterogeneidade que existe nos serviços de Ação Social Indireta nas várias Instituições de Ensino Superior. Por conseguinte, defendemos a promoção de maior homogeneidade dos serviços de Ação Social Indireta, através de uma maior equidade de políticas que regulamentam os modos de ação das mesmas, para que a nível regional não se continuem a verificar situações díspares. No entanto, embora a consagração da progressiva gratuidade de todos os graus de ensino estar prevista enquanto um princípio constitucional - para garantir a sustentabilidade do sistema devido à complexidade das formas de financiamento do Ensino Superior - o constantemente esquecido e ignorado. É por essa mesma razão que atualmente todos os estudantes do

⁹ Os serviços de ação social existentes nas instituições de Ensino Superior de carácter público são instituições com autonomia financeira e de base institucional.

Ensino Superior pagam uma taxa de frequência (i.e propina): no primeiro ciclo de ensino o valor compreende-se entre os seiscentos e cinquenta e seis euros (656€) e os mil e sessenta e três euros (1063€), sendo o valor mais alto o praticado com maior regularidade. Por sua vez, no que ao segundo ciclo diz respeito, não existe um teto máximo e mínimo fixo. Exemplo demonstrativo desse esquecimento é o contraste que se encontra quando é feita uma comparação entre os valores referentes ao início dos anos 90 – seis euros (6€) – e o atualmente praticado – mil e sessenta e três euros (1063€) – no primeiro ciclo de ensino. No que se refere à ação social direta, estima-se que apenas 20% dos estudantes usufruam destes apoios com base em necessidade, ou seja, a percentagem de estudantes que recebem bolsa de estudo por carência económica é cinco vezes inferior ao total da percentagem de estudantes que paga propinas.

Acerca desta matéria, FAL assume-se a favor da gratuidade no que às formações do primeiro ciclo diz respeito, considerando que o mesmo deverá ser introduzido de forma progressiva e do estabelecimento de um teto máximo para a propina de 2º ciclo.

Conseguimos evidenciar o papel determinante que os Serviços de Ação Social possuem no esbatimento das desigualdades e na garantia das condições de mobilidade social ascendente aos estudantes provenientes de famílias com maiores fragilidades económicas, auferindo condições mínimas para a conclusão com sucesso da formação superior. Por outro lado, cabe aos mesmos criar mecanismos que visem a prevenção e combate ao abandono escolar. Entre 2000 e o presente ano, mais de meio milhão de estudantes abandonou o Ensino Superior sem concluir a formação do ciclo de ensino a que se candidatou. Dentro destes mecanismos de prevenção, encontram-se os Gabinetes de Apoio Psicológico para estudantes universitários – que têm como objetivo auxiliar os estudantes universitários na continuação do seu bem-estar e saúde mental, pois estes estão abrangidos no grupo indivíduos de risco propício a desenvolver depressão ou comportamento disfórico. No entanto, com o desinvestimento dos últimos anos nesta área e a massificação do Ensino Superior, tornou-se cada vez mais difícil proporcionar uma resposta eficaz a todos os estudantes – sendo este número cada vez maior – sendo

cada vez mais apresentadas debilidades do ponto de vista dos utilizadores que se prezam com o aumento dos tempos de espera por um primeiro atendimento e a falta de acompanhamento a longo prazo. Neste sentido, a FAL considera necessário aumentar o número Gabinetes de Apoio Psicológico e de médicos especialistas nesta área, de forma a combater e monitorizar as Instituições de Ensino Superior.

Com vista à garantia de bem-estar e do exercício de uma vida saudável, devem ser analisadas e escrutinadas também as questões referentes aos hábitos alimentares e práticas desportivas nas Instituições de Ensino Superior. Sobre este tema, existe uma vasta legislação – Constituição da República Portuguesa (CRP): no Art.º 64.º alínea b) que assegura o dever de ser atribuído o direito à proteção da saúde, realizado pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável. Por outro lado, no Art.º 70.º d) é abordada a proteção especial de que os estudantes gozam para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente na educação Física e no Desporto. Por fim, no Art.º 79.º afirma que todos têm direito à cultura física e ao desporto e que incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas, as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto.

Resultado de um longo processo de construção e desenvolvimento de um quadro normativo completo para o desporto, surge a atual Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – (Alterada pela Lei nº 74/2013 de 26 de setembro), a sucessora da lei nº 1/90 de 13 de janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo) e da Lei nº 30/2004 de 21 de julho (Lei de Bases do Desporto). Os referidos diplomas consideram a “Atividade Física” uma componente basilar que visa, como se pode ler no Projeto de Lei nº 80/X, “promover e desenvolver, entre a população em geral, a «atividade física» enquanto instrumento essencial para a melhoria

da condição física, da qualidade de vida e do bem-estar, bem como para encorajar os portugueses a integrar a atividade física nos seus hábitos de vida quotidiana pelos efeitos benéficos que tem para a saúde. Distinguem-se quatro princípios gerais que devem ser assegurados, designadamente o “Princípio da Universalidade e da Igualdade”, o “Princípio da Ética Desportiva”, o “Princípio da Coesão e da Continuidade Territorial” e o “Princípio da Coordenação, da Descentralização e da Colaboração”. A sua obtenção deverá ser concretizada transversalmente pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e Autarquias que detêm a responsabilidade de articular a sua intervenção, em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas.

No que ao Ensino Superior diz respeito, em 1987, deu-se uma tentativa de unificação da gestão do desporto, com a constituição da Federação Portuguesa do Desporto Universitário (FPDU; D.R. III nº129 de 5/6/87), projeto que falhou. Anos mais tarde, em 2 de março de 1990, é fundada a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU; D.R. III, nº69 de 23/3/1990), resultado das vontades de várias estruturas académicas que vinham desenvolvendo mais intensamente a sua atividade ao nível do desporto. Com a publicação da Lei de Base do Sistema Desportivo, estava prevista a emissão de um diploma regulamentar específico para o desporto universitário que, no entanto, nunca se efetivou. Desde 1995, ano em que a FADU recebeu o estatuto de Utilidade Pública Desportiva (UPD), assumiu a responsabilidade pela supervisão e desenvolvimento do desporto universitário em Portugal sendo, portanto, dotada da “competência para o exercício, em exclusivo, por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública, bem como a titularidade dos direitos e deveres especialmente previstos na lei”. De entre estes direitos devemos considerar o direito “à participação na definição da política desportiva nacional”, “à participação no Conselho Nacional do Desporto”, “à regulamentação dos quadros competitivos da modalidade” (no caso da FADU, das modalidades no âmbito universitário), bem como “à atribuição de títulos nacionais”. No entendimento da Federação, esta deve ser uma componente expressiva da vida académica dos estudantes sem que

isso implique que todos o pratiquem de uma forma competitiva ou de alto rendimento.

Segundo o RJIES, por via da Ação Social Indireta (Art.º 20.º, ponto 5, alínea c)), está prevista a intervenção das instituições de Ensino Superior no “Apoio a atividades culturais e desportivas”. No Art.º 21.º, vê-se reforçado o dever de apoiar o Associativismo estudantil, entre outras, no “desenvolvimento de competências extracurriculares, nomeadamente de participação coletiva e social” o que implica que as Instituições de Ensino assumam uma intervenção direta no desporto praticado na comunidade, orientada para as estratégias de promoção da prática desportiva, hábitos de vida saudáveis, bem como para a cidadania ativa e construção de valores sociais, nomeadamente através de programas de oferta desportiva continuada, a criação das condições para a prática desportiva e para uma melhor ação das Associações Académicas e dos Estudantes. As estruturas federativas deverão possuir devida autonomia ao nível do desporto de competição, com vista à constituição de um maior número de equipas e, portanto, ao alargamento da oferta competitiva dentro de uma mesma Universidade/Instituto Politécnico. No entanto, considera a Federação que uma sobreposição da ação desenvolvida pelas Instituições de Ensino Superior e pelas Associações Académicas e dos Estudantes sob um modelo de cooperação, apenas irá agravar o estado atual do desporto no Ensino Superior. Em termos práticos, deverão ser reforçadas as competências dos Serviços de Ação Social em matéria de desporto (prevista na lei) ou definida a criação de gabinetes próprios para o efeito, responsáveis pelo estabelecimento das bases de desenvolvimento do desporto nas respetivas comunidades, bem como pelo apoio às Associações Académicas e de Estudantes. Este auxílio deverá estar aliado a quadros especializados. As comunidades académicas reúnem, sem dúvida, as condições para um maior desenvolvimento do seu desporto, perceção essa que deve ser reforçada e conduzir, em parceria com o movimento associativo estudantil, ao estabelecimento de um modelo que envolva ambas as partes. Independentemente do sistema adotado, no entender da Federação Académica de Lisboa, é crucial que as instituições de Ensino Superior que dispõem de instalações desportivas assumam a preocupação de salvaguardar o acesso prioritário para os grupos estudantis

de forma tendencialmente gratuita. Acreditamos que para a implementação desta medida é fundamental reforçar a dotação orçamental e o acesso a fundos públicos destinados à manutenção das condições necessárias ao seu funcionamento.

As outras propostas de melhoria e desenvolvimento no desporto do Ensino Superior que a Federação apresenta passam pelo alargamento do leque de oportunidades de prática desportiva na Academia, possibilitando aos estudantes integrados no Desporto Escolar a continuidade da prática no Ensino Superior - para muitos visto como o momento de rutura - gerando uma maior atratividade para novos praticantes. Para esse fim, exige-se a instituição das condições para a interação entre estudantes de diferentes áreas de estudo no âmbito de programas de extensão do envolvimento nas atividades desportivas (tecnologias, gestão ambiental, comunicação, entre outras) que constituam fontes de enriquecimento curricular e de formação. Supletivamente, sustenta-se o enquadramento, na estrutura do desporto no Ensino Superior, de um maior número de recursos humanos especializados competentes, que permitam aos dirigentes associativos um maior foco em questões estratégicas.

No estudo "Adolescent obesity and related behaviours: trends and inequalities in the WHO European Region, 2002-2014", os dados apontados remetem para níveis de obesidade alarmantes, associados a uma pérfida alimentação, reduzida atividade física e comportamentos sedentários. Neste sentido, a prática e adoção de estilos de vida saudáveis deverá ser uma das prioridades mais importantes a desenvolver e não descurar pelos Serviços de Ação Social. Saliente-se que uma das formas de se identificarem as desigualdades sociais nos estudantes que frequentam o Ensino Superior remetem-nos para estas duas matérias.

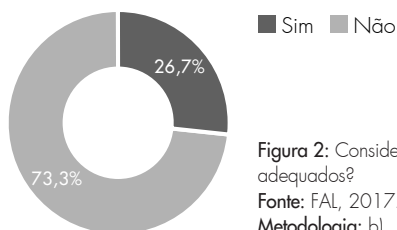


Figura 2: Considera que os espaços para a prática desportiva são adequados?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Quando questionados acerca da adequação dos espaços disponibilizados para a prática de atividades desportivas, 73,3% dos estudantes inquiridos revelam elevada insatisfação face à escassez dos mesmos. Cumulativamente, importa salientar que nesta área também o Estatuto Estudante-Alela do Ensino Superior é, em muitos casos, propositadamente esquecido ou denegrido, uma situação que é em tudo contrária à missão das Instituições de Ensino. Assim, defende a Federação Académica de Lisboa que esta medida de proteção deverá passar a ser um compromisso que salvguarde todos os estudantes abrangidos pelo estatuto.

Também a responsabilidade ambiental merece e carece de atenção, podendo ser melhorada em parceria com os Serviços da Ação Social nas Instituições de Ensino Superior. A Declaração de Estocolmo de 1973 foi a primeira declaração a reconhecer formalmente a educação como indispensável para a promoção da proteção ambiental e da sua conservação. Em 1990, a Taillores Declaration, assinada pela administração de 22 Universidades, declara que “Universities educate most of people who develop and manage society’s institutions. For this reason, universities bear profound responsibilities to increase the awareness, knowledge, technologies, and tools to create an environmentally sustainable future”. No seguimento desta linha de pensamento, a Declaração de Quioto de 1993 apelou às Universidades para não só promover a sustentabilidade através da educação ambiental, mas também nas suas operações. Voltando a ser desafiadas a estimular a reflexão sobre a importância da sustentabilidade, quando todos os estados membros da ONU celebraram os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” de 2015 a 2030, cujo quarto objetivo descreve numa das suas alíneas “Até 2030, garantir que todos os estudantes adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Após a identificação do papel preponderante que as Instituições de Ensino Superior têm na construção de uma sociedade sustentável, dever-se-á afirmar que, mesmo com a crise económica e financeira, o Estado Português já realizou

diversas parcerias com as IES, no sentido de contribuir para a eficiência energética nos campus universitários e, assim, procurar pela excelência na gestão dos recursos. No entanto, importa que sejam desenvolvidas práticas e programas sustentáveis dentro dos seus campus, encorajadas a desenvolver a investigação científica relacionada com esta temática e estimuladas a desenvolver a literacia ambiental. As Instituições de Ensino Superior, devem preocupar-se mais com a lógica de sustentabilidade dos próprios edifícios universitários, em que se potencia uma aproximação entre os recursos gastos e os recursos produzidos, pois esta é cada vez mais uma necessidade. No entanto, para que se obtenham bons resultados, é necessário que se realizem parcerias com o poder local, e, as empresas e organizações socialmente responsáveis, em prol de um maior impacto ambiental na comunidade local – sendo esta uma debilidade encontrada nas quinze Instituições de Ensino Superior que já fazem parte do galardão “Bandeira Verde” no Programa Eco Escola.

O Observatório da Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior tem o objetivo de criar uma rede colaborativa de debate sobre as boas práticas de responsabilidade social e ambiental no Ensino Superior. Neste sentido, constituiu um grupo de trabalho para a elaboração de um “Livro Verde”, que integrará um conjunto de orientações sobre este enquadramento de políticas públicas nas IES. Neste sentido, a FAL defende que os Serviços da Ação Social devem desenvolver com as Instituições de Ensino Superior, atividades que fomentem capacitar a sensibilidade dos estudantes para com os desafios de sustentabilidade de forma a envolver toda a comunidade académica na procura de soluções de responsabilidade ambiental. Para além destas, defende a Federação Académica de Lisboa a promoção da implementação de sistemas de gestão ambiental nas IES, com base na norma ISO 14001, reconhecendo a importância das sinergias com o poder local, empresas e organizações socialmente responsáveis em prol do desenvolvimento sustentável. Bem como, que após publicação do “Livro Verde” do Observatório da Responsabilidade Social e Ensino Superior, devem os endereçados ter em conta as suas conclusões com o objetivo de proceder a um novo quadro legislativo sobre a matéria.

ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Os estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE) são estudantes a quem foi clinicamente atestado uma incapacidade. São abrangidos pelo estatuto de Necessidades Educativas Especiais aqueles a quem seja diagnosticado uma deficiência motora ou visual, dislexia, deficiência auditiva, doenças crónicas, patologia psiquiátrica, síndromes neurológicas, espectro do autismo e multideficiência. Desde 2001, em virtude da publicação da Portaria n.º 715/2001, de 12 de julho, estes detêm 2% das vagas fixadas para a primeira fase das candidaturas ou duas vagas para cada par estabelecimento/curso. Neste sentido, os Serviços de Ação Social, representados em cada uma das Instituições de Ensino Superior, possuem uma preponderância acrescida. Por um lado, cerca de uma centena de estudantes é atualmente abrangida pelo referido contingente aquando o acesso ao ensino superior através do concurso nacional. Por outro, no que respeita à adaptação dos cursos nos vários ciclos de Ensino Superior, deve confirmar-se com redobrada atenção se são proporcionadas as condições adequadas à garantia do bem-estar e à entrada dos mesmos no mercado de trabalho. Contudo, tendo em conta o número de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Secundário – regularmente superior a 10 mil –, constata-se uma diminuta frequência dos mesmos no Ensino Superior. Esta realidade carece de uma reflexão profunda que identifique as problemáticas subjacentes e defina estratégias de inclusão dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

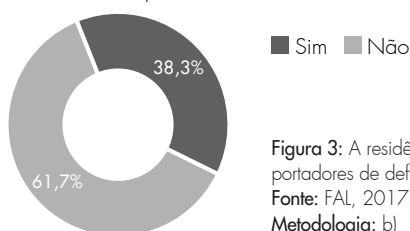


Figura 3: A residência dispõe de acessibilidades próprias para portadores de deficiência física?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Na maioria das residências de estudantes de Lisboa, não existe a preocupação relativamente aos cuidados a ter com os residentes com Necessidades Educativas Especiais, apesar de ser obrigação dos Serviços de Ação Social zelar pelo bem-estar de todos os estudantes nas residências.

Tal como podemos constatar através da Figura 3, cerca de 61,7% das residências não têm condições adequadas aos estudantes com NEE, sendo que apenas 38,3% estão adaptadas aos diversos tipos de necessidades.

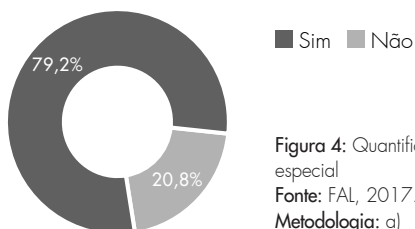


Figura 4: Quantificação da necessidade aprovada de educação especial

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: a)

As Instituições de Ensino Superior em Portugal não conseguem dar uma resposta efetiva à necessidade que existe por parte dos estudantes.

O gráfico presente na Figura 4 confirma que 79% dos inquiridos alerta para a urgência da provisão de apoios aos estudantes com necessidades educativas especiais (12,5%).

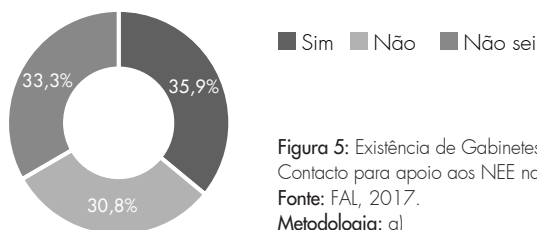


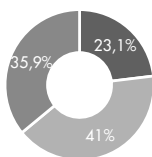
Figura 5: Existência de Gabinetes, Serviços ou Pessoas de Contacto para apoio aos NEE nas IES

Fonte: FAL, 2017.

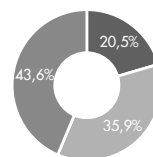
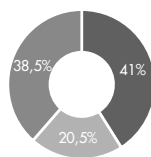
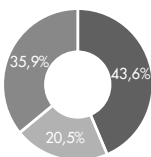
Metodologia: a)

A evidência em termos da existência de mecanismos ou estruturas de apoio a estes estudantes corresponde apenas a 35.9%, e contempla gabinetes, serviços ou pessoas de contacto. Mais de metade dos inquiridos reconhece ou não conhecer a existências dos serviços mencionados ou afirma que não existem.

Atividades Desportivas



Atividades Culturais



■ Sim ■ Não ■ Não sei

Figura 6: Avaliação das condições adaptadas nas atividades desenvolvidas para os estudantes com NEE

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: a)

A falta de condições para a participação de estudantes com Necessidades Educativas Especiais nas atividades extracurriculares promovidas pelas IES e/ou entidades associativas foi avaliada nas áreas da cultura, desporto, investigação e tecnologias de informação. O resultado sugere que existe um profundo desconhecimento das atividades desenvolvidas neste âmbito criadas pelos respetivos Serviços de Ação Social nas Instituições de Ensino Superior, sendo necessário, como mostra a Figura 4, a implementação e promoção de ações de sensibilização, consciencialização e formação para a Academia em temáticas na área da Inclusão, Deficiência e Acessibilidade. Uma possível solução para melhorar esta divulgação poderá passar pela criação de uma plataforma de informação, que descreva e abranja as especificidades encontradas em cada uma das Instituições de Ensino Superior e do sistema educativo adaptado aos estudantes com Necessidades Educativas Especiais.

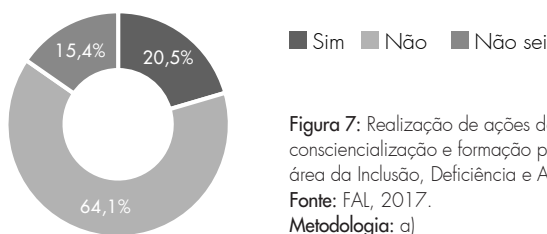


Figura 7: Realização de ações de sensibilização, consciencialização e formação para a Academia em temáticas na área da Inclusão, Deficiência e Acessibilidade, por parte da IES.

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: a)

Além dos problemas e possíveis soluções apresentados previamente, a Federação Académica de Lisboa identificou inúmeras incoerências no que à legislação vigente para efeitos do Ensino Superior diz respeito. Estas lacunas, de entre as quais se destaca o acesso a bolsas de ação social escolar por parte de estudantes com Necessidades Educativas Especiais e o limite de capitação de elegibilidade previsto na alínea g) do Art.º 5º do Despacho nº 7031 - B/2015 de 24 de junho - de 16 para 18 vezes o Indexante de Apoios Sociais, acrescido da propina máxima do ciclo de estudos frequentado- deverão ser devidamente analisadas com detalhe.

No entanto, considera a FAL que serão necessários reforços orçamentais às Instituições públicas de Ensino Superior para que as mesmas possam dar uma resposta mais eficaz e progridam na consolidação dos princípios constitucionais que lhes são conferidos – da universalidade dos direitos e deveres fundamentais e da igualdade previstos artigos 12.º e 13.º da

Constituição da República Portuguesa, bem como com as normas do artigo 71.º que garante aos cidadãos portadores de deficiência o gozo pleno dos direitos e a sujeição aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados. Na Constituição da República, destacam-se ainda, no que ora interessa, a norma do Art.º 43.º, liberdade de aprender e ensinar; no que concerne ao Art.º 74.º referido no início deste capítulo e do Art.º 76.º.

AS CONDIÇÕES DOS ESTUDANTES DESLOCADOS

Ao longo da presente secção, clarificamos as diferentes formas de apoio atribuídas aos estudantes deslocados que frequentam o Ensino Superior. Numa das dimensões de apoio indireto, foi mencionado o apoio ao alojamento. Dada a massificação e democratização do acesso ao Ensino Superior, mas, também, da mobilidade interna que hoje se verifica em Portugal, muitos são os estudantes que frequentam a academia de Lisboa. Reconhecendo o peso e importância desses estudantes, a Federação Académica de Lisboa realizou um questionário dedicado exclusivamente aos estudantes nessas condições, com o intuito de melhor identificar a sua realidade. Assim, nesta subdivisão, a Federação expõe os dados e as suas devidas ilações.

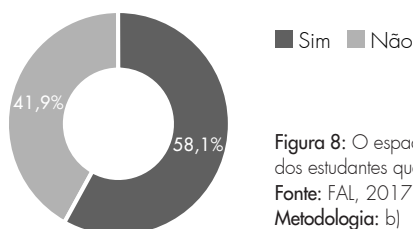


Figura 8: O espaço (refeitório/cozinha) é adequado à dimensão dos estudantes que vivem na residência?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Apesar de a maioria dos estudantes que habitam em residências admitir que as mesmas dispõem de cozinha e espaços de refeitório, a percentagem de estudantes inquiridos que afirma que os espaços não são adequados é superior a 40%.

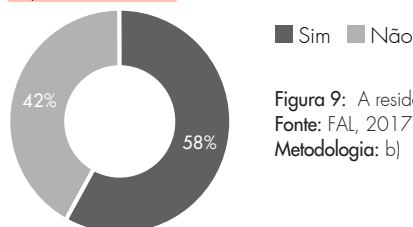


Figura 9: A residência dispõe de salas de estudo?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

As salas de estudo são, por norma e definição, os espaços mais adequados para os estudantes da Academia estudarem, uma vez que oferecem melhores condições infraestruturais e possibilitam maior concentração. Dos estudantes inquiridos, mais de 40% assumem que a residência a que estão alocados não dispõe de sala de estudo.

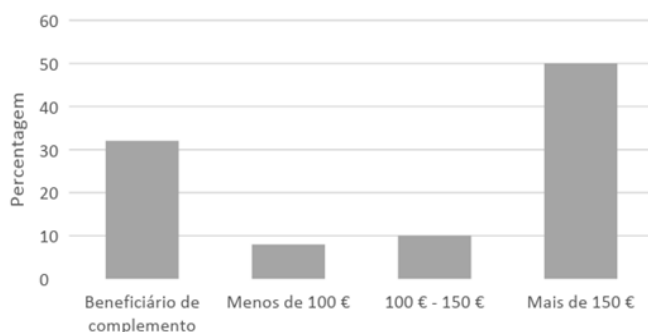


Figura 10: Quanto paga de residência?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Cerca de 50% dos estudantes deslocados que vivem em residências universitárias pagam mais do que cento e cinquenta euros (150€). No entanto, deverá ter-se em conta que cerca de 30% dos inquiridos admite ser beneficiário de complemento de alojamento. Sobre esta matéria, a Federação Académica de Lisboa defende que numa residência dos Serviços de Ação Social, o valor máximo mensal não deve ultrapassar o equivalente a 17,5% do Indexante dos Apoios Sociais.

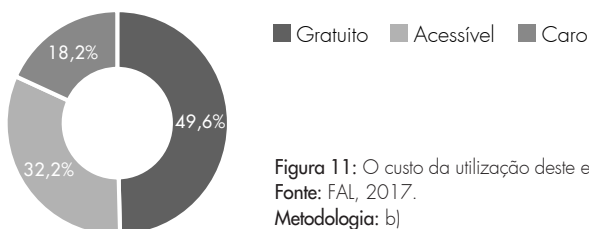


Figura 11: O custo da utilização deste espaço (cozinha) é acessível?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

No que toca a estudantes deslocados que vivem em casas arrendadas, cerca de 50% admite que a utilização da cozinha tem um custo, e aproximadamente 20% admite que esse valor é elevado.

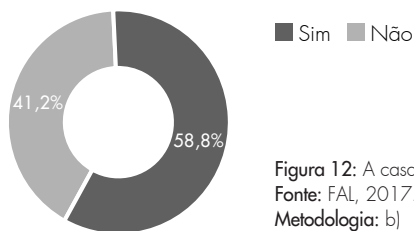


Figura 12: A casa arrendada dispõe de sala utilizável?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Em inúmeros casos, uma das vias que os estudantes encontram para reduzir o valor do arrendamento passa por aumentarem o número de pessoas com quem partilham a casa. Para tal, abdicam da área da sala de estar para que este se transforme num quarto. Potencialmente, cerca de 40% dos inquiridos admite estar nesta situação.

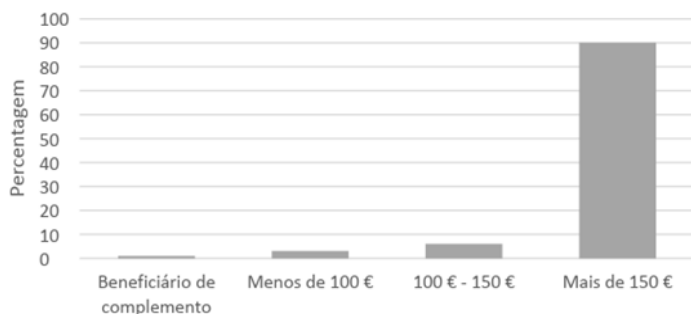


Figura 13: Quanto paga de casa arrendada?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

De entre os estudantes inquiridos que se encontram em casa arrendada, mais de 90% paga mais do que cento e cinquenta euros (150€) de arrendamento, enquanto apenas cerca de 3% possui um complemento estatal para fazer face às despesas de alojamento.

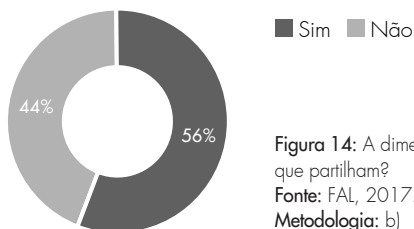


Figura 14: A dimensão do frigorífico é adequada aos estudantes que partilham?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: b)

Existem dificuldades sentidas pelos estudantes que se encontram em residências ou em casas particulares arrendadas, no que diz respeito, por exemplo, à utilização de alguns utensílios básicos. Cerca de 45% dos inquiridos, declare que o frigorífico ao seu dispor não tem a dimensão adequada ao número de pessoas que o utilizando, criando dificuldades de gestão dos alimentos e uma alimentação menos cuidada.

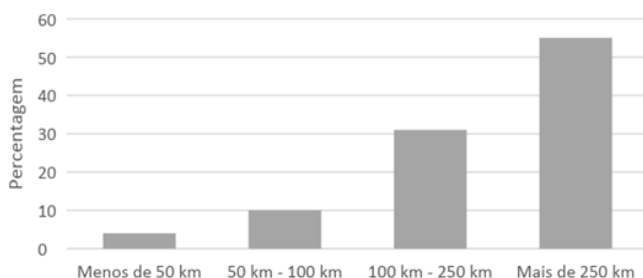


Figura 15: Qual a distância entre a residência ou casa arrendada de estudante e a sua residência de origem?
Fonte: FAL, 2017.
Metodologia: b)

Em relação à distância a que os estudantes deslocados se encontram das suas residências de origem, cerca de 55% dos inquiridos revelaram estar a mais de duzentos e cinquenta quilómetros (250km) da sua residência familiar.

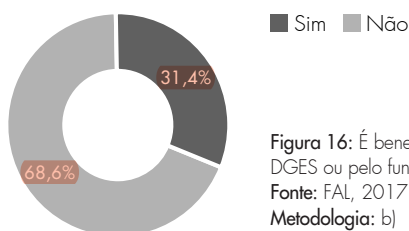


Figura 16: É beneficiário de apoio social? Proporcionado pela DGES ou pelo fundo de emergência social
Fonte: FAL, 2017.
Metodologia: b)

Numa perspetiva comparativa, e salientando as disparidades sentidas pelos estudantes deslocados alojados em residências face aos que se encontram a residir em casas arrendadas, a Figura 16 mostra que, no apoio social atribuído pelo Estado aos estudantes que vivem em

residências, por via da Direção-Geral do Ensino Superior, a percentagem de estudantes que não recebe qualquer apoio através de bolsa é superior a dois terços.

OFERTA FORMATIVA E PROCESSOS PEDAGÓGICOS

A oferta formativa e os processos pedagógicos são parte integrante do sucesso de uma academia. A Federação Académica de Lisboa, reconhecendo essa elementar importância, inquiriu os estudantes quanto a algumas questões que se prendem com os dois domínios do currículo académico.

A preparação para a entrada no mercado de trabalho deve constituir um objetivo primordial das Instituições de Ensino Superior e exige, não só o trabalho desenvolvido nas salas de aula mas principalmente o incremento das *soft skills* dos estudantes e do contacto direto com empregadores. Assim, foram formuladas as seguintes questões, das quais se podem retirar conclusões no sentido de melhor e compreender a realidade vivida no Ensino Superior em Lisboa.

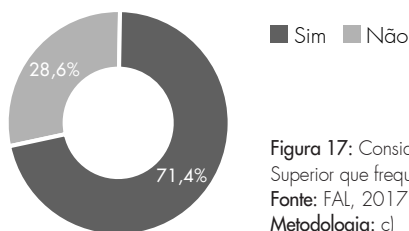


Figura 17: Considera que a oferta formativa da Instituição de Ensino Superior que frequenta é diversificada?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Dos estudantes inquiridos, mais de 70% admite que a oferta formativa na sua Instituição de Ensino Superior é diversificada, o que, tendo em conta as dimensões da complexidade do financiamento do Ensino Superior já analisado, não corresponde a uma resposta eficaz que é necessária para dar seguimento à massificação que se verifica no Ensino Superior.

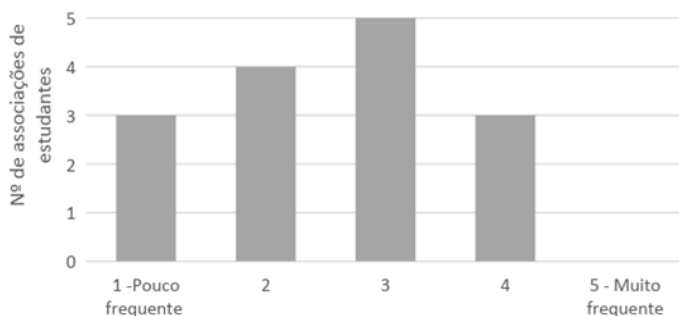


Figura 18: É frequente a realização de workshops e outros cursos de curta duração extracurriculares pela sua Instituição de Ensino Superior?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

As atividades extracurriculares conferem aos estudantes, de distintas formas, oportunidades para alargarem os seus conhecimentos noutras áreas que sejam do seu interesse e que possibilitem a complementarização do conhecimento corresponde à formação base de cada um. No entanto, das Associações de Estudantes inquiridas, 45% considera que a oferta formativa extracurricular proporcionada pelas respetivas Instituições de Ensino Superior é insuficiente.

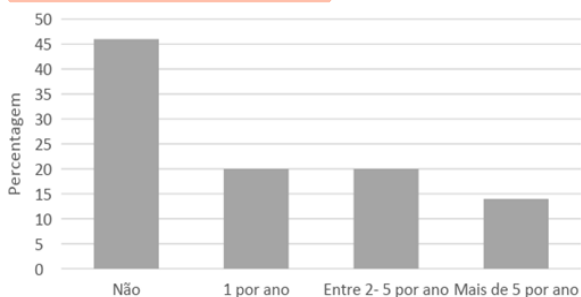


Figura 19: São realizados eventos de promoção do contacto com o mercado de trabalho (feiras de emprego, open day's, bootcamps, field day's)?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

A realização de eventos que proporcionem o contacto direto entre empregadores e os estudantes é, sem dúvida, um elemento diferenciador e de competitividade no mercado laboral. Não obstante, verifica-se que

mais de 45% dos inquiridos identificaram que a Instituição de Ensino Superior à qual pertencem não promove este tipo de contacto, e menos de 35% realiza apenas dois ou mais eventos.

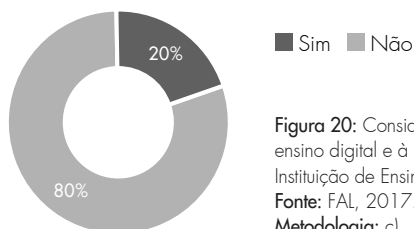


Figura 20: Considera que são utilizadas as novas ferramentas de ensino digital e à distancia (e-learning) de forma eficiente pela sua Instituição de Ensino Superior?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Usufruir das **novas ferramentas** que se encontram ao dispor da sociedade, como é o caso das novas tecnologias, é essencial para que se prepare a atual geração estudantil para os desafios do futuro. Contudo, **cerca de 80% dos estudantes inquiridos reconhece que as Instituições de Ensino Superior poderiam de forma mais eficiente e eficaz utilizar as novas tecnologias e ferramentas que possibilitam a aprendizagem à distância.**

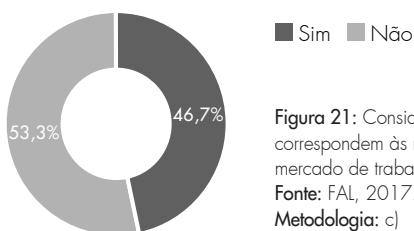


Figura 21: Considera que as unidades curriculares lecionadas correspondem às necessidades que os estudantes vão enfrentar no mercado de trabalho?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Quando questionados acerca das **competências lecionadas nas Instituições de Ensino Superior e sobre as expectativas de mercado de trabalho, os estudantes inquiridos dividem-se no sentido de resposta. Cerca de 53,3% consideram que curricularmente não existe uma correspondência entre aquilo que é lecionado e o que o mercado de trabalho espera dos estudantes** – um número considerado bastante elevado, face ao contexto em que vivemos.

CONDIÇÕES LOGÍSTICAS, TRANSPORTE E MATERIAIS

As condições de logística, transporte e de materiais são questões que muitas vezes, por falta de financiamento, não são merecedoras da devida atenção. A manutenção dos espaços que são frequentados pelos estudantes, assim como a proporção de boas condições materiais que as diferentes Instituições de Ensino Superior apresentam, são para a Federação Académica de Lisboa um motivo de inquietação que carece de uma mais aprofundada análise.

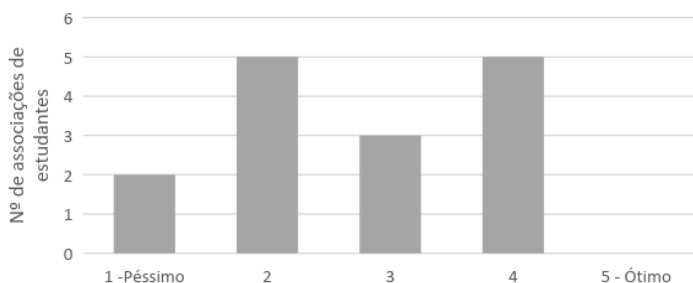


Figura 22: Como classifica as condições infraestruturais da sua Instituição de Ensino Superior

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Os inquiridos admitem, em regra geral, que as condições, não sendo excelentes, também não apresentam grandes debilidades de infraestruturas. A média de respostas situa-se entre a classificação 2 e 3, o que quer dizer que há ainda margem de melhoria bastante significativa. Nesta análise, é importante referir que, uma vez que foram identificadas respostas extremamente negativas – correspondentes à classificação 1 – devemos averiguar se existem estudantes a frequentar espaços com debilidades acentuadas e que coloquem em risco a sua segurança.

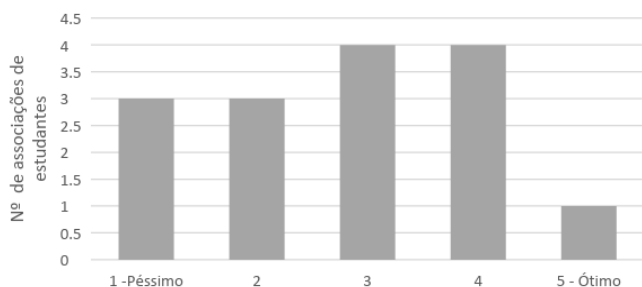


Figura 23: Como classifica as condições infraestruturais da sua Instituição de Ensino Superior comparativamente com as demais na área de Lisboa?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

No entanto, e quando comparados com os demais do território de Lisboa, os estudantes representados por Associações pertencentes à Federação admitem possuir qualidade similar, verificando-se uma distribuição de respostas homogênea face à pergunta anterior.

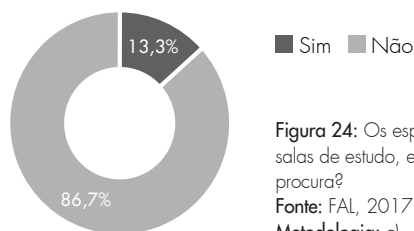


Figura 24: Os espaços dedicados à prática do estudo (bibliotecas, salas de estudo, espaços comuns, e outros) são adequados à procura?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Regularmente, os estudantes procuram um local apropriado para o estudo, nomeadamente em épocas de avaliação, mas esta torna-se, muitas vezes, uma tarefa difícil dentro das Instituições de Ensino Superior. A Figura 24 espelha bem essa dificuldade, quando foi questionada a adequação dos espaços à prática do estudo. As Universidades responderam maioritariamente que em estas não são adequados (86,7%).

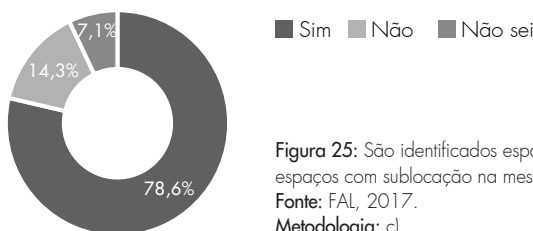
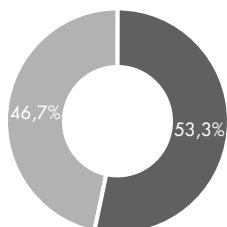


Figura 25: São identificados espaços com sobrelotação e outros espaços com sublocação na mesma Instituição de Ensino Superior?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Nesse sentido, é natural que cerca de 80% dos estudantes identifiquem que existem espaços com sobrelotados, o que espelha uma clara falta de condições logísticas e infraestruturais que muitas vezes os estudantes sentem e que carecem de respostas eficazes.



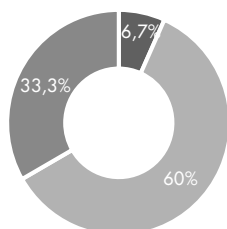
■ Sim ■ Não

Figura 26: Consegue identificar preocupação por parte dos agentes decisores da Instituição de Ensino Superior relativamente à recuperação e melhoria de infraestruturas?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

O problema da sobrelotação de espaços foi já identificado – como pode ser observado nas figuras anteriores – por parte dos estudantes inquiridos. No entanto, quando os mesmos são questionados acerca da perceção dos decisores das instituições acerca da recuperação e melhoria das infraestruturas, verifica-se que mais de metade admite não identificar preocupação por parte de quem pode, efetivamente, contribuir para a melhoria das condições com que os estudantes se deparam.



■ Sim ■ Não ■ Não é necessário

Figura 27: A tua Instituição tem algum tipo de transporte que facilite aos estudantes de forma a que estes se desloquem para aulas que se realizam entre diferentes locais?

Fonte: FAL, 2017.

Metodologia: c)

Em alguns casos, é necessário o transporte entre um campus e outro, o que dificulta a mobilidade dos estudantes. No entanto, era do intuito da Federação Académica de Lisboa compreender se essa é uma dificuldade sentida pelos estudantes da Academia de Lisboa ou se, pelo contrário, não sentem necessidade de se deslocar para aulas que se realizam entre diferentes locais. Analisando os resultados, cerca de 60% dos inquiridos admite que a maior parte das Instituições de Ensino Superior não têm transporte assegurado e 33,3% admite que não é necessário.



CONCLUSÃO

Como foi referido, o Livro Negro tem como principal objetivo dar voz aos estudantes, consciencializando os decisores para questões cruciais na frequência escolar no Ensino Superior em Portugal. Neste livro ficam expostos os problemas do Ensino Superior e, mais concretamente, da Academia de Lisboa e demarca-se, mais uma vez, a posição da Federação Académica de Lisboa sobre cada um dos mesmos.

No primeiro capítulo, sobre financiamento do Ensino Superior, comparando todos os países da União Europeia constatou-se que a média de investimento do Estado Português, em percentagem do PIB, no ano em que a crise começou a fazer-se sentir e numa análise mais atual, está ligeiramente a cima da média Europeia. Contudo, como se verifica na Figura 1, os estudantes portugueses estão, atualmente, entre os que têm menor apoio através de bolsas, em comparação com a cobertura de estudantes que pagam propinas. Ou seja, é maior a percentagem de estudantes que pagam propinas em relação aos que são apoiados com bolsas de estudo, uma realidade que tem vindo a mudar nos outros países da União Europeia, situação que no entender da FAL deve ser revertida.

No segundo capítulo, foram analisadas as diferentes dimensões de apoio social que vigoram em Portugal, como as bolsas que têm por base de atribuição por mérito ou pelas necessidades económicas dos estudantes, podendo estas ser bolsas de estudo reembolsáveis ou não reembolsáveis. Além disto, ainda foram alvo de estudo os diversos apoios sociais indiretos, como são exemplo o apoio dado ao alojamento dos estudantes deslocados, colmatação das necessidades dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais, realização das atividades desportivas e culturais proporcionadas pelas Instituições de Ensino Superior. Por último, foram também apresentadas

algumas preocupações dos estudantes relativamente aos planos de estudos, oferta formativa e processos pedagógicos, seguindo-se por prossecução questões relativas com o ingresso no mercado de trabalho. E, pese embora os estudos apresentados não representarem uma tendência que possa ser extrapolada para toda a população (quer nacional, quer da área de Lisboa) é consideração da Federação Académica de Lisboa que o Estado deverá averiguar, através de um estudo mais profundo, ao nível nacional, todas estas temas que foram abordados e reportam a realidade negra do Ensino Superior em Lisboa.



